

São Paulo, 6 de novembro de 2017.

Ao Ilustríssimo Senhor Vereador Milton Leite
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Ref.: Projeto de Lei 300/2017 – Fim da emissão de gases poluentes pelos ônibus municipais

Ilustríssimo Senhor,

A Cidade dos Sonhos, o Greenpeace, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, a Minha Sampa e a Rede Nossa São Paulo, com o intuito de cumprir com suas respectivas missões institucionais vêm, desde maio deste ano, atuando juntos no debate sobre a revisão do artigo 50 da Lei n. 14.933/09 (Política Municipal de Mudança do Clima), segundo o qual a cidade deveria ter 100% de sua frota de transporte público municipal movida a combustíveis limpos até 2018.

Como a lei foi ignorada pelas empresas e pelo poder público municipal desde 2009, agora, às vésperas de um edital de licitação da operação dos ônibus municipais, esta Câmara passou a prever um novo cronograma de transição com a propositura do Projeto de Lei n. 300, de 5 de maio de 2017, de vossa autoria, que trazia uma mudança total da matriz energética dos ônibus municipais especificamente para o biodiesel até 2037¹.

A proposta foi vista pela sociedade civil como inaceitável, pois não foi levada em consideração as mais de 4 mil mortes por ano e os R\$ 54 bilhões em gastos com a saúde decorrentes exclusivamente da poluição dos ônibus da cidade². Assim, as organizações aqui signatárias iniciaram uma campanha para que a Câmara dos Vereadores optasse pela transição completa dos atuais ônibus a diesel para

¹ Disponível em <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0300-2017.pdf>

² Estudo do Instituto Saúde e Sustentabilidade, intitulado **Avaliação e valoração dos impactos da poluição do ar na saúde da população decorrente da substituição da matriz energética do transporte público na cidade de São Paulo**, disponível em http://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2017/05/GP_ISS_Relatorio_ImpactosOnibusSP-1.pdf.

combustíveis 100% limpos³, o que poderia ser feita em menos de 10 anos a um custo 28% menor para os cofres públicos, se comparados aos ônibus a diesel em circulação na cidade, conforme demonstrados em estudos já divulgados publicamente e apresentados aos vereadores⁴.

Em 17/08/2017, durante a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal, Vossa Senhoria apresentou substitutivo ao texto original, que abandonava a definição da tecnologia a ser utilizada, mas trazia uma meta de redução de apenas 20% de CO₂, 60% de NO_x e 70% de material particulado, em 10 anos.⁵

O então, novo texto, por apresentar as mesmas falhas do original também foi bastante criticado e Vossa Senhoria, em 30/08/2017, nos recebeu para que apresentássemos os estudos de viabilidade de utilização de combustíveis 100% limpo em toda a frota da cidade, em menos de 10 anos. Nessa reunião, Vossa Senhoria se comprometeu a elevar substancialmente as metas de redução de emissões para o período de dez anos, adicionar sanções firmes para as empresas que descumprirem as metas, incluir a participação da sociedade civil no comitê gestor que vai monitorar a transição e prever a avaliação dos relatórios das empresas por auditorias independentes.⁶

Em 16/09/2017, Vossa Senhoria apresentou nova versão do texto substitutivo, em coautoria com o Vereador Gilberto Natalini, durante a audiência pública da Comissão de Trânsito e Transportes, que, longe de dar um prazo para zerar as emissões de poluentes provenientes dos ônibus da cidade, previa uma redução de apenas 40% de CO₂, 70% de NO_x e 80% de material particulado, em 10 anos.⁷

Como o projeto ainda estava distante de uma opção que levasse, seriamente em consideração, os efeitos da poluição dos ônibus para a saúde pública e para o meio ambiente, as entidades aqui signatárias se reuniram mais uma vez com Vossa Senhoria para reforçar a necessidade e viabilidade dos ônibus a diesel serem totalmente substituídos por combustíveis limpos em até 10 anos. Nesta ocasião levamos a conhecimento de Vossa Senhoria que avaliamos sua apresentação do texto proposto, com rigor técnico e que as informações ali contidas não eram suficientes para dar sentido prático à transição. Em contrapartida

³ A campanha já conta com aproximadamente 10 mil pessoas enviando e-mails aos vereadores desta casa e está disponível em <https://www.pldapoluicao.minhasampa.org.br/>

⁴ Informação disponível em estudo do Greenpeace intitulado **Dossiê Ônibus Limpo – Benefícios de uma transição para combustíveis renováveis na frota de São Paulo** (página 15).

⁵ Informações disponíveis em <http://www.camara.sp.gov.br/blog/milton-leite-participa-de-audiencia-para-esclarecer-mudancas-em-pl-sobre-adocao-de-biodiesel/> e em <http://www.camara.sp.gov.br/blog/veja-a-integra-do-substitutivo-ao-pl-3002017-apresentado-pelo-vereador-milton-leite/>

⁶ Informações disponíveis em <http://www.camara.sp.gov.br/blog/presidencia-da-camara-e-representantes-do-meio-ambiente-debatem-pl-300/>

Vossa Senhoria não reconheceu a validade dos estudos que apresentamos, alegando que a transição seria inviável por insuficiência de recursos.

Em 12/09/2017, o Comitê Municipal de Mudança do Clima emitiu parecer sobre a necessidade e viabilidade de se zerar as emissões de CO2 em até 20 anos, e, além de Vossa Senhoria não observar a recomendação do Comitê, vem adotando uma postura intransigente quanto às metas de redução e um comportamento que não condiz com padrões mínimos de civilidade diante da agressividade demonstrada na última reunião com as entidades aqui signatárias.

A campanha por uma lei que respeite a saúde da população de São Paulo e o meio-ambiente já completa 6 meses, e o debate sobre o PL 300 já conta com 4 reuniões com Vossa Senhoria, 3 audiências públicas e com uma grande participação da população de São Paulo e ampla cobertura da imprensa. Todavia, Vossa Senhoria, vem demonstrando pouca abertura a avanços em sua proposição legislativa.

Grandes cidades pelo mundo já vêm implementando políticas públicas que buscam substituir toda a frota dos ônibus a diesel por combustíveis limpos até 2030⁸ e o poder público tem a sua disposição diversas fontes de financiamento para projetos que visam combater mudanças climáticas, sejam elas fontes nacionais como o BNDES, como internacionais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Também existe a opção de um rearranjo em políticas fiscais visando beneficiar combustíveis limpos em detrimento de poluentes⁹

⁸ O C40, uma rede de prefeitos de mega-cidades comprometidas em enfrentar as mudanças climáticas como Paris, Londres, Quito e Cidade do México, recentemente divulgou a declaração de que a partir de 2025 iriam adquirir somente ônibus com zero emissões de poluentes – Disponível em <http://www.c40.org/other/fossil-fuel-free-streets-declaration>

Além disso, Los Angeles adotou como política pública, desde 2011 a transformação de toda a frota de ônibus para emissão zero de poluentes até 2030, meta seguida por outras cidades – Disponível em <http://www.latimes.com/opinion/editorials/la-ed-electric-buses-20170620-story.html>.

Por fim, o Governo Brasileiro se comprometeu em reduzir a emissão de gases de efeito estufa em no mínimo 45% até 2030, da qual faz parte uma política de transição da matriz energética dos ônibus de São Paulo. – Disponível em <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>

⁹ A instituição de uma CIDE está sendo discutida e já teve moção de apoio da Assembléia Legislativa de SP (<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1321946>) e da Frente Municipal de Prefeitos (<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRANSPORTE-E-TRANSITO/524350-COMISSAO-APROVA-PERMISSAO-PARA-MUNICIPIO-CRIAR-TRIBUTO-PARA-FINANCIAR-TRANSPORTE-COLETIVO.html>)

Os valores afirmados variam, mas segundo debate realizado na Alesp em 2016, permitiria uma redução em até 30% da tarifa (<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=370679>)

O projeto está sendo discutido na PEC 159 da Câmara, e foi aprovado pela comissão especial em março de 2017, contando com apoio e pressão da Frente Nacional dos Prefeitos (mesmo link da Câmara

acima).
O relatório de 2016 do Ipea sobre o assunto (http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6527/1/Nota_n09_Uso_da_CIDE.pdf)

Sendo assim, as entidades aqui signatárias, vem informar que a campanha de convencimento desta Câmara de Vereadores sobre a necessidade e viabilidade de uma transição completa de combustíveis dos ônibus municipais terá continuidade, da mesma forma que daremos continuidade à nossa missão institucional de mobilizar a sociedade para acompanhar os debates desta casa.

Por fim, as entidades aqui signatárias continuarão à disposição de Vossa Senhoria para debater as políticas públicas elaboradas por esta casa, mas reitera a necessidade de que o debate seja conduzido com respeito e civilidade, como qualquer debate sobre as políticas públicas da cidade entre um presidente da Câmara dos Vereadores e a sociedade civil.

No mais, renovamos nossos votos de estima e consideração, e certos da atenção de Vossa Senhoria, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

*Cidade dos Sonhos
Greenpeace
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Minha Sampa
Rede Nossa São Paulo*

mostra que um aumento no preço da gasolina de R\$0,20 poderia reduzir em cerca de 20%, e teria no final um impacto deflacionário na sociedade, pelo impacto e relevância que o transporte tem em nossas cidades.